



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638380 - SP (2021/0000704-6)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : RAFAEL GOMES DOS SANTOS
ADVOGADO : RAFAEL GOMES DOS SANTOS - SP121842
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LAIS PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LAIS PEREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Processo n. 20005892620218260000).

A paciente foi presa em flagrante delito, no dia 10 de dezembro de 2020, em decorrência da suposta prática de crime de tráfico de drogas, previsto nos arts. 33, 34 e 35 da Lei n. 11.343/2006). A foi prisão convertida em preventiva, sob o enfoque de garantia da ordem pública.

O impetrante sustenta que a paciente está sofrendo constrangimento ilegal decorrente da prisão preventiva, a qual é desproporcional e carece de fundamentação idônea, além de estarem ausentes os requisitos autorizadores. Defende que a paciente está acobertada pelo princípio da presunção de inocência, é mãe de criança em tenra idade, primária, não voltada à criminalidade e vulnerável à eventual contaminação pelo coronavírus.

Requer, liminarmente, a concessão da medida de urgência para a substituição da prisão preventiva em prisão domiciliar, a fim de que a paciente aguarde em seu domicílio o resultado do processo, ainda que mediante o cumprimento de medida cautelar alternativa. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja concedida a ordem definitiva confirmando-se a decisão liminar de soltura do paciente para que possa responder ao processo em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus*

contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente